

07/março/2016

Ao: Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim - Mogi Mirim

At.: Sr. Semne Farah Junior

Ref.: Relatório dos Auditores Independentes nº AUD0155/2016

Prezado senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S^{as}. as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,

Octavio Zampirolo Neto
Sócio de auditoria

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação
Lucy Montoro - Mogi Mirim

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014	11

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi
Mirim.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, não foram examinados por nós nem por outros auditores independentes.

São Paulo, 04 de março de 2016.

Octavio Zampirolo Neto
CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (“Instituto”) é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede à Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Contratos de Gestão Governo de São Paulo - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim

Localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001 - Mogi Mirim (Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim de Mogi Mirim). Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2014 firmado em 2 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. O valor do repasse estimado para 2016 é de R\$ 6,1 milhões.

Em função do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim ser responsável apenas pela gestão dos hospitais, os ativos imobilizados relacionados às Serviços de saúde ficam sob responsabilidade do ente público.

31/12/2015

Equipamentos, materiais e mobiliários	906.700
	906.700

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração contábil inclui dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foi aprovada pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim em 4 de março de 2016, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 21).

2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto de Reponsabilidade Social Sírio Libanês – Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Novas normas contábeis

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações contábeis do Instituto.

4.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2015

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Instituto. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que o Instituto de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. O Instituto pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor e foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers).

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Entidade espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

5. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Caixa e bancos	46	1.093
Aplicações financeiras	377.036	2.212.314
	377.082	2.213.407

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Recursos a receber de projetos – Lucy Monteiro	507.607	474.398
	507.607	474.398

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte. O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim mantém contratos de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.

7. Créditos diversos

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Adiantamentos a funcionários	25.686	67.924
Outros créditos	22.843	26.237
	48.529	94.161

8. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Nacionais	44.110	98.775
	44.110	98.775

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais assistenciais.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Vencidos(1)	8.540	13.723
A vencer até 30 dias	35.570	85.052
	44.110	98.775

- (1) A Administração passou negociar junto aos credores dos títulos vencidos e não pagos no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros e quaisquer outras taxas. A Administração tem obtido êxito nestas negociações, escalonando os pagamentos de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo rigorosamente cumpridos.

9. Obrigações trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Salários e ordenados a pagar	157.023	106.231
Contribuições e encargos sociais	85.110	139.264
Provisão para férias e encargos sobre férias	257.822	296.190
	499.955	541.685

10. Obrigações tributárias

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
IRRF	59	3.357
INSS pessoa física	-	2.724
ISS	4.793	5.637
PIS/COFINS/CSLL	561	1.735
INSS pessoa jurídica	6.752	8.649
	12.165	22.102

11. Patrimônio social

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Evolução do Patrimônio social

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Lucy Montoro	376.988	2.119.404
	376.988	2.119.404

12. Receitas dos contratos de gestão - convênio Estadual

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Contrato e Gestão – Lucy Montoro	5.725.997	5.692.779
	5.725.997	5.692.779

13. Receitas com doações monetárias

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Lucy Montoro	-	75
	-	75

As receitas de doações monetárias são oriundas de instituições privadas para ajuda no custeio das operações.

14. Isenção de INSS sobre cota patronal

Em 18 de setembro de 2015, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, no qual, a partir da publicação em diário oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20% sobre salário bruto), FPAS (5.8%), mais seguro contra riscos e acidentes RAT (2,16%), totalizando (27.96%). Esta isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (21 de setembro de 2015).

	31/12/2014	31/12/2014 (Não Auditado)
Ordenados e salários - de set/2015 a dez/2015	824.671	-
Isenção de INSS (27.96%)	230.578	-

15. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Pessoal e encargos	(3.387.000)	(3.390.954)
Encargos com a previdência social	(620.412)	(561.585)
Medicamentos e materiais de uso – paciente	(7.818)	(29.143)
Materiais de consumo diversos	(711.912)	(1.387.336)
Lavadeira e rouparia	(86)	(1.041)
Nutrição	-	(33.086)
Segurança e vigilância	(291.691)	(247.303)
Higiene e limpeza	(198.489)	(219.624)
Serviços médicos	(80.864)	(173.356)
	(5.298.272)	(6.043.428)

16. Utilidade pública

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Telecomunicações	(14.942)	(21.936)
	(14.492)	(21.936)

17. Serviços profissionais

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Consultoria e assessoria	(222.622)	(151.890)
Outros	(8.000)	(11.100)
Suporte em infraestrutura de TI	(65.109)	(24.335)
Manutenção e conservação	(20.944)	(18.305)
Serviços técnicos administrativos	(31.146)	(15.518)
Serviços diversos – pessoas jurídicas	(164.461)	(253.547)
	(512.282)	(474.695)

18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2015	31/12/2014
Locação de equipamento	(91.191)	(108.246)
Despesas de viagem	(8.767)	(4.571)
Uniforme / E.P.I	(9.221)	(72)
Produtos de jardinagem	(11.200)	-
Despesas legais / fiscais/ para fiscais	(6.338)	(15.443)
Compensação de investimento	(1.787.542)	-
Outras receitas (despesas)	(10.761)	(561)
	(1.925.020)	(128.893)

19. Despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(20.943)	(37.806)
Imposto sobre operações financeiras	(10.110)	-
Juros incorridos	(25)	(288)
Multas	(124)	(215)
Outras despesas financeiras	(2.371)	(1.312)
	(33.573)	(39.621)

20. Receitas financeiras

	31/12/2014	31/12/2014 (Não Auditado)
Descontos obtidos	4	303
Receita de aplicações financeiras	85.094	291.883
	85.098	292.186

21. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro - Mogi Mirim.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2015	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	377.082	-	-	377.082	377.082
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	507.607	-	507.607	507.607
Outros ativos	7	48.529	-	-	48.529	48.529
Fornecedores	8	-	-	(44.110)	(44.110)	(44.110)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	-	-	-	(512.120)	(512.120)	(512.120)
		<u>425.611</u>	<u>507.607</u>	<u>(556.230)</u>	<u>376.988</u>	<u>(376.988)</u>

31 de dezembro 2014 (Não auditado)	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	2.213.407	-	-	2.213.407	2.213.407
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	474.398	-	474.398	474.398
Outros ativos	7	94.161	-	-	94.161	94.161
Fornecedores	8	-	-	(98.775)	(98.775)	(98.775)
Contrato de gestão e convênios						
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	9 e 10	-	-	(563.787)	(563.787)	(563.787)
		<u>2.307.368</u>	<u>474.398</u>	<u>(662.562)</u>	<u>2.119.204</u>	<u>2.119.204</u>

22. Partes relacionadas

O Instituto não possui transações entre partes relacionadas e os membros do Conselho de Administração deliberativo não são remunerados.

23. Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma Instituição sem fins lucrativos, o Serviço de Reabilitação Lucy Montoro – Mogi Mirim goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS

O Serviço de Rabilitação Lucy Montoro – Mogi Mirim está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS

O Serviço de Rabilitação Lucy Montoro – Mogi Mirim é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Serviço de Rabilitação Lucy Montoro – Mogi Mirim, apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2015 e de 2014. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função Serviço de Rabilitação Lucy Montoro – Mogi Mirim não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

	31/12/2015	31/12/2014 (Não Auditado)
Incidentes sobre a receita		
Receita, depois dos descontos	5.725.997	5.692.779
ISS 5%	286.300	284.639
PIS 0,65%	37.219	37.003
COFINS 3,0%	171.780	170.783
	495.299	492.425
Incidentes sobre o Superávit		
Déficit do exercício	(1.742.416)	(723.533)
IRPJ e CSLL 34%	-	-
Total	495.299	492.425

* * *